

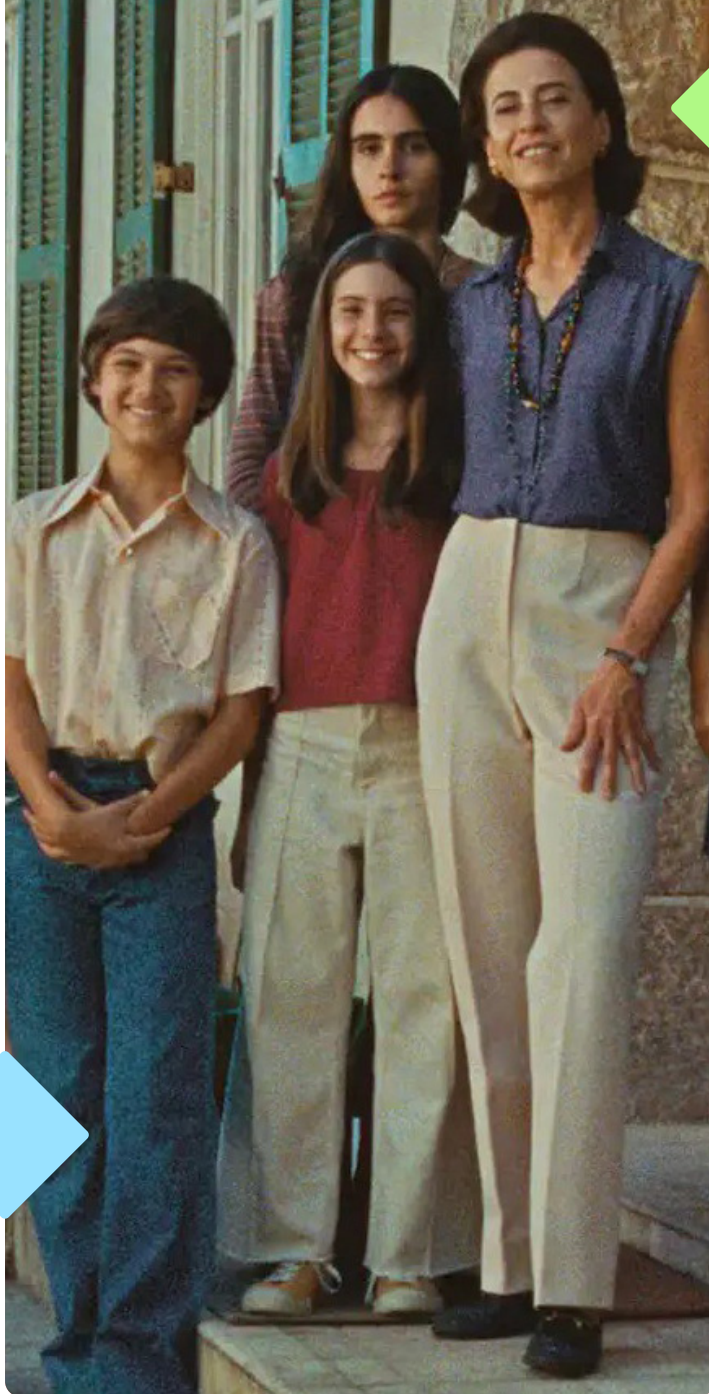
MIMO PEDAGÓGICO

PROPOSTA DE TRABALHO COM O LIVRO E FILME

# **“AINDA ESTOU AQUI”**

Marcelo Rubens Paiva





No domingo, 12 de janeiro, o filme **“Ainda Estou Aqui”**, produção original Globoplay e escolhido pelo Brasil para tentar uma vaga no Oscar, ganhou mais um prêmio: foi escolhido o melhor longa-metragem internacional pelo júri no Festival de Cinema de Palm Springs, na Califórnia.

Ao anunciar o prêmio, o júri declarou que o filme “evoca a gravidade da violência sem recorrer ao melodrama”, e que o diretor Walter Salles “captura um momento crítico da história com detalhes meticulosos e envolventes”.

O longa também recebeu o prêmio de melhor roteiro no Festival de Veneza, diversos elogios da imprensa estrangeira e garantiu à atriz Fernanda Torres um inédito Globo de Ouro na categoria Melhor Atriz de Drama.

Outros reconhecimentos conquistados pelo filme “Ainda Estou Aqui”: Vancouver International Film Festival – Prêmio do público; Mill Valley Film Festival – Filme Favorito do Público; Miami Film Festival GEMS – Filme Favorito do Público; Festival de Pessac, na França – Prêmio do público e Prêmio Danielle Le Roy; Astra Film Awards – Melhor Filme Internacional. Agora a expectativa é para o Oscar com o melhor filme e melhor atriz.

A obra, baseada no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, publicada em 2015, é uma homenagem à memória. De um lado, revela tudo o que ocorreu com seu pai, o deputado Rubens Paiva, que foi cassado e exilado em 1964 e, em 1971, foi preso, torturado e morto por agentes da ditadura militar instaurada no Brasil. Com a ajuda da Comissão da Verdade, o escritor revela, com detalhes e nomes dos agressores, os últimos momentos do pai, para que a história desse período do país não seja atenuada por discursos falaciosos que tentam diminuir a gravidade das violências ocorridas, ainda mais após a assinatura do Ato Inconstitucional nº 5, assinado em 1968, pelo então presidente Costa e Silva. O AI-5 é considerado o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura militar no Brasil.

De outro lado, Marcelo imortaliza a luta de sua mãe, Eunice Paiva, que após o desa-

parecimento do marido, precisou criar sozinha os cinco filhos. Sempre à procura pelo destino do companheiro e na busca pela verdade, Eunice voltou a estudar, tornou-se advogada e grande defensora dos direitos humanos, principalmente dos indígenas. Uma mulher forte, decidida, amorosa e que, no final da vida, ainda teve uma última batalha contra o Alzheimer.

O livro, então, resgatará as memórias da infância do escritor, do seu pai, da sua mãe e da família Paiva. Imortaliza a injustiça, a violência, a luta e a verdade que jamais deve ser ocultada.

Portanto, o livro e o filme **“Ainda estou aqui”** são obras necessárias para serem trabalhadas a partir do 9º ano do Fundamental II e no Ensino Médio.

Por isso, preparamos um material muito especial como sugestão para um projeto interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa e História.

MARCELO  
RUBENS  
PAIVA

Ainda  
estou  
aqui

LAGUARA



**Aproveitem e já acrescentem em seu planejamento de 2025! Bom trabalho!**





# PARTE I

Sugestão para as orientações a serem dadas aos estudantes,  
assim como a nota atribuída em cada critério:

# Orientações

1. Valor do trabalho – 10,0 (DEZ). Nota atribuída às duas disciplinas.

2. O trabalho poderá ser feito **INDIVIDUAL** ou em **DUPLA**. *Fica a critério dos professores.*

3. Data de entrega – **IMPRETERIVELMENTE. Após essa data, o trabalho não será mais aceito.** *Estabeleçam uma data e ensinem aos seus alunos a importância de se cumprir prazos.*

4. **O trabalho deverá ser digitado em fonte ARIAL 11, formatado em papel tamanho A4 (210 X 297mm), na orientação retrato, justificado às margens direita e esquerda, com todas as margens de 2,5 cm. espaçamento entre linhas deve ser de 1,15 pontos. O trabalho deve ser entregue encadernado.** *Como é sugerido o trabalho com as normas da ABNT, fica a critério dos professores exigir a encadernação ou não.*

5. A Internet é uma excelente ferramenta de pesquisa, porém copiá-la é plágio e uso indevido do texto alheio. Leia as informações, interprete-as e reescreva-as com as suas palavras. Os trabalhos copiados da Internet também não serão aceitos e **o(s) aluno(s) receberá(ão) nota zero.**

6. O trabalho deverá conter cinco partes:

a. **CAPA** (com nome, série, data da entrega e título da obra. Podem ser inseridas imagens, frases, um trecho da obra) – **0,5**

b. **INTRODUÇÃO:** Faça uma apresentação em uma folha do CONTEXTO da obra. – **1,0**

c. **DESENVOLVIMENTO** (são as questões propostas abaixo) – **8,0**

d. **CONCLUSÃO** (texto argumentativo) – **10,0** (Nota para produção de texto). Se o trabalho for feito em dupla, a redação é **individual**.

e. **REFERÊNCIAS** (com todos os sites e livros utilizados, inclusive a própria obra) – **0,5**

# Questões

## QUESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO: (8,0)

1. Biografia do autor **(0,5)**. Indique a fonte após o texto. Coloque imagens.
2. O texto é autobiográfico. O que significa isso e explique a importância desse gênero para a história. **(0,5)**
3. Construa uma linha do tempo com os fatos apresentados na obra, ilustrando-os com imagens, notícias, charges, tirinhas. **(2,0)**
4. Pesquise o que foi a Comissão da Verdade: o que é, fundação, objetivos, vitórias, derrotas, pretensões, a Comissão no novo governo. Como a Comissão da Verdade está retratada no livro e que papel ela desempenha na história. **(1,0)**
5. O livro trata de duas memórias – identifique e ANALISE cada uma delas **(2,5)**:  
**Conte em detalhes a trajetória de Rubens Paiva enquanto memória da ditadura militar no Brasil; e de Eunice Paiva, enquanto militância social e a preservação da sua memória.**
6. Explique a literatura como registro histórico e sua importância para a sociedade atual a partir da obra. **(0,5)**
7. Escolha três partes do livro que o sensibilizaram ou devido à sua importância e as interprete. Se não for copiar a parte, conte-a. **(1,0)**

**Se os alunos assistirem ao filme, sugira a comparação com o livro.**



# PARTE II

Sugestão de proposta de redação com textos que podem ser  
selecionados para construir a coletânea



# Conclusão

## **CONCLUSÃO: (10,0)**


A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema:

**“A Democracia no Brasil está em risco?”.**

# Conclusão

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, afirmou no dia 04/03/2024 que o risco de uma ruptura com a democracia nos últimos anos era maior do que se pensava. “As investigações estão revelando que nós estivemos mais próximos do que pensávamos do impensável. Nós achávamos que já havíamos percorrido todos os ciclos do atraso institucional para ter que nos preocupar com ameaça de golpe de Estado quando já avançado o século 21”, disse ao dar uma aula magna na Pontifícia Universidade Católica (PUC), na capital paulista.

Durante a palestra, Barroso destacou a estabilidade institucional vivida pelo país desde a Constituição de 1988 entrar em vigor. Essa tranquilidade só foi rompida, na avaliação do ministro, com as tramas golpistas que vêm sendo reveladas pelas investigações da Polícia Federal envolvendo integrantes do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Esse problema só entrou no radar da sociedade brasileira, infelizmente, nos últimos anos. E vai ficando para trás. Mas entrou de uma maneira muito preocupante”, enfatizou.



O ministro também criticou “politização das Forças Armadas” que, segundo ele, também participaram das tentativas de desacreditar as eleições de 2022. “Foram manipulados e arremessados na política por más lideranças. Fizeram um papelão no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. Convidados para ajudar na segurança e para dar transparência, foram induzidas por uma má liderança a ficarem levantando suspeitas falsas”, afirmou Barroso.

O que aconteceu no Brasil faz parte, na opinião do ministro, de “onda de um populismo autoritário” que atinge diversos países. “O mundo assiste a uma onda de um populismo autoritário, anti-institucional e antipluralista. O populismo pode ser de direita, pode ser de esquerda, embora hoje no mundo os riscos estejam vindo mais intensamente dos populismos de direita, com as suas manifestações de racismo, de xenofobia, de misoginia e de anti-ambientalismo”, disse.

A divulgação de informações falsas é, segundo o ministro, uma das estratégias desses grupos de extrema-direita. “A circulação da desinformação já se tornou uma estratégia de destruição, de desconstrução de reputações desse mundo desconstruído que nós estamos”, ressaltou.

Barroso ressaltou que nos regimes democráticos as diferentes formas de pensamento devem conviver. “A democracia é plural. Ninguém tem o monopólio da representação do povo. Democracia tem espaço para progressistas, para liberais e para conservadores. Só não tem espaço para aqueles que não aceitam o outro, para intolerância, para quem não seja capaz de respeitar as regras do jogo”, pontuou.

Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-03/barroso-diz-que-risco-democracia-era-maior-do-que-se-pensava>. Acesso em 13/01/25

## TEXTO II

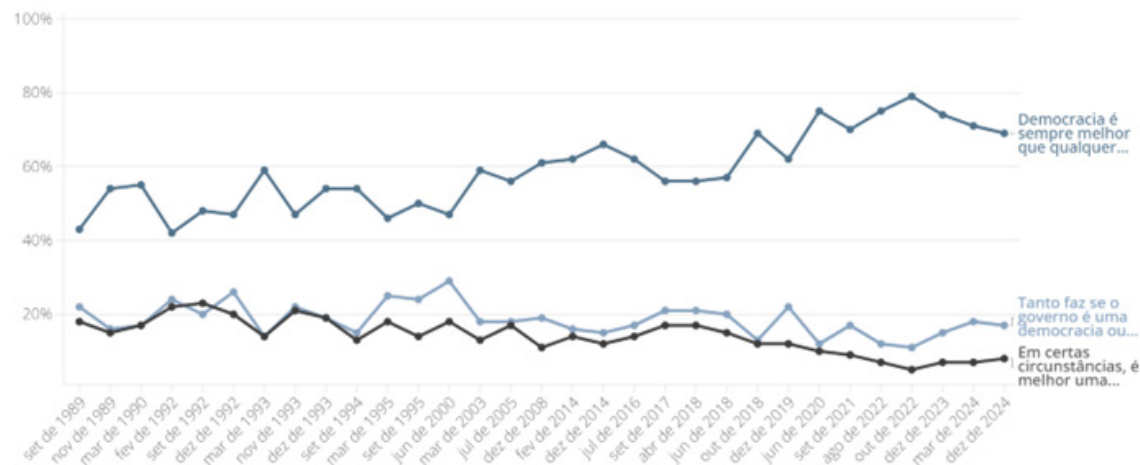
Uma pesquisa Datafolha divulgada nesta quarta-feira (18/12/2024) pelo jornal “Folha de S.Paulo” aponta que 69% dos brasileiros consideram a democracia como a melhor forma de governo. Outros 8% julgam que, em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura. Para 17%, tanto faz.

Em relação ao levantamento anterior, feito em março, esses números variaram dentro da margem de erro, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos:

- 69% dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo (eram 71% no levantamento anterior);
- 17% dizem que tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura (eram 18%);
- 8% dizem que em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático (eram 7%);
- e 6% não souberam responder (eram 5%).

### Democracia x Ditadura

Levantamento foi realizado presencialmente, com 2.002 pessoas de 16 anos ou mais, em 147 municípios pelo Brasil, entre os dias 19 e 20 de março. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo.



Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/18/datafolha-democracia-ditadura.ghtml>. Acesso em 13/01/2025.



Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCRuy5PigeeBuecKnwqhM4yg/community>. Acesso em 13/01/25



#### TEXTO IV

*“Ditadura Militar foi o regime político no qual membros das Forças Armadas de um país centralizam política e administrativamente o poder do Estado em suas mãos, negando à maior parte dos cidadãos a participação e a decisão nas instituições estatais. Seu período mais recente durou de 1964 a 1985. Durante a ditadura, ocorreu o “milagre econômico”, ao mesmo tempo que houve congelamento dos salários. Prisões, torturas e outras violências extremas ocorreram nesse regime. O primeiro governo civil após a ditadura foi de José Sarney, eleito indiretamente em 1985.”*



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm>. Acesso em 13/01/2025

## DILMA INSTALA COMISSÃO DA VERDADE PARA INVESTIGAR CRIMES NA DITADURA

A presidente brasileira, Dilma Rousseff instalou a Comissão da Verdade, que terá a responsabilidade de investigar violações dos direitos humanos durante a ditadura, mas não de julgar os responsáveis.

Rousseff, que chorou ao lembrar o sofrimento dos familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura, nomeou sete integrantes da comissão em um ato em que participaram os ex-presidentes brasileiros, assim como os comandantes das Forças Armadas. A presidente garantiu que o objetivo da comissão será recuperar a verdade sem revanchismo para alcançar a reconciliação nacional.

“O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, especialmente, merecem a verdade todos que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo a cada dia”, afirmou Dilma, que interrompeu seu discurso pelos aplausos e para secar suas lágrimas.

A comissão terá um prazo de dois anos para investigar crimes contra os direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988, embora se concentre no último regime militar (1964-1985).

“Não somos movidos por revanchismo, o ódio ou o desejo de escrever a história de uma forma diferente da que ocorreu, mas a necessidade de conhecer sem ocultamento”, disse a presidente, que esteve presa dois anos por sua militância em um movimento de esquerda que combateu a ditadura.

Sem citar especificamente a Lei de Anistia de 1979 que impede levar à justiça suspeitos de torturar, sequestrar ou assassinar durante a ditadura, Dilma lembrou que o Brasil recuperou a democracia graças a pactos políticos que serão honrados pela Comissão da Verdade. “Assim como respeito a luta pela democracia também respeito os pactos políticos que nos levaram à redemocratização”, afirmou.

Dilma alegou que a instalação da comissão é um ato de Estado e não de Governo e nesse sentido disse estar alegre por ter a companhia dos líderes que a antecederam durante os 28 anos desde o fim dos 21 anos de ditadura militar. Em um ato simbólico, Rousseff chegou à cerimônia após descer a rampa interna do Palácio do Planalto ao lado dos ex-presidentes José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

(...) Apesar da lei de criação da comissão estabelecer que sejam investigadas tanto as violações cometidas pelos agentes do estado como pelos militantes que se opuseram à ditadura, seus integrantes deixaram claro que se concentrarão nos primeiros.



Disponível em <https://exame.com/brasil/dilma-instala-comissao-da-verdade-2/>. Acesso em 13/01/25

## TEXTO VI

### GERAÇÃO COCA-COLA [LEGIÃO URBANA]

Quando nascemos fomos programados  
A receber o que vocês  
Nos empurraram com os enlatados  
Dos USA, de nove as seis.  
Desde pequenos nós comemos lixo  
Comercial e industrial  
Mas agora chegou nossa vez  
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês  
Somos os filhos da revolução  
Somos burgueses sem religião  
Somos os filhos da revolução  
Somos burgueses sem religião  
Somos o futuro da nação

Somos o futuro da nação  
Geração Coca-Cola  
Depois de 20 anos na escola  
Não é difícil aprender  
Todas as manhas do seu jogo sujo  
Não é assim que tem que ser  
Vamos fazer nosso dever de casa  
E aí então vocês vão ver  
Suas crianças derrubando reis  
Fazer comédia no cinema com as suas leis  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola  
Geração Coca-Cola



Em um momento em que o Brasil se prepara para as eleições municipais de 2024, mais uma vez, a desinformação e as fake news surgem como grandes ameaças à integridade do processo eleitoral e à segurança da população. Esses fenômenos, amplificados pelas plataformas de mídias sociais, não apenas distorcem a verdade, mas também minam a confiança nas instituições, criam divisões sociais e colocam em risco os direitos constitucionais.

As consequências da desinformação são especialmente graves para grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e LGBTI+, que frequentemente se tornam alvos de campanhas coordenadas de desinformação, violência política e discurso de ódio digital.


Em entrevista à Conectas, Nina Santos, diretora do Aláfia Lab, apresenta uma análise dos principais desafios que serão enfrentados pelo Brasil nas próximas eleições, principalmente no que tange à desinformação, ao mesmo tempo em que explora os possíveis caminhos para a garantia da democracia em meio às adversidades digitais. Santos é doutora em Comunicação e pesquisadora no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital e na Université Panthéon-Assas.

Para ela, a “desinformação afeta a própria possibilidade ou habilidade das pessoas, especialmente mulheres e pessoas negras, de estarem em espaços sociais, sejam espaços de poder, espaços políticos, disputar eleições”.

### Confira a entrevista com Nina Santos:

**Conectas:** Qual o impacto da desinformação na democracia e na ampliação dos direitos constitucionais no Brasil? É possível afirmar que grupos historicamente vulnerabilizados por conta de raça, gênero, por exemplo, são mais afetados?

**Nina:** A desinformação e os discursos de ódio – fenômenos que ganham força com a emergência do espaço de comunicação digital – têm uma interação muito forte com a nossa realidade social. Eles não criam por si só fenômenos sociais, mas interagem com problemas da sociedade que já existiam, dando nova forma e nova amplitude. É o caso da misoginia, do racismo, entre outros. Quando falamos da desinformação e discurso de ódio em ambientes digitais, certamente precisamos considerar que esses fenômenos afetam de maneira desproporcional grupos mais vulnerabilizados. Portanto, precisa haver políticas específicas para que essas populações ou esses segmentos sociais estejam protegidos.




**Conectas:** Ainda no mesmo tema da pergunta anterior, de que forma a desinformação pode ser usada como uma ferramenta de violência política de gênero e raça?

**Nina:** A desinformação afeta a própria possibilidade ou habilidade das pessoas, especialmente mulheres e pessoas negras, de estarem em espaços sociais, sejam espaços de poder, espaços políticos, disputar eleições, exercer atividades como jornalismo ou defesa de direitos humanos.

A desinformação, tem efeitos muito concretos na vida das pessoas. Em uma pesquisa realizada em 2021, especialmente sobre o efeito de ataques online a mulheres jornalistas, vimos, por exemplo, que um dos comportamentos mais frequentes relatados por essas mulheres era o da autocensura, aquele momento em que você próprio passa a se limitar no exercício do seu trabalho para não se expor a determinados riscos. Então, os efeitos desses processos são muito concretos.


**Conectas:** Comparando-se com às eleições anteriores, como você avalia o cenário de desinformação nas próximas eleições municipais? Acredita que os esforços empenhados por órgãos públicos devem gerar efeitos positivos?



**Nina:** Sobre o contexto eleitoral, sim, por um lado há esforços institucionais em várias frentes, especialmente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que é o órgão dedicado à questão eleitoral para enfrentar a questão da desinformação. Mas, por outro lado, em termos legislativos, não avançamos no sentido de ter uma regulação para essas plataformas digitais e retrocedemos em alguns aspectos, como, por exemplo, o acesso a dados às plataformas digitais. Me parece que o cenário em que chegamos em 2024 é muito desafiador. Isso sem mencionar a emergência da inteligência artificial enquanto uma ferramenta mais popular e acessível, o que também traz novos desafios, novos formatos e novas possibilidades criativas, exigindo um outro tipo de abordagem para esse problema.

**Conectas:** Como as plataformas digitais têm atuado nesse cenário? Houve avanços ou retrocessos?

**Nina:** As plataformas digitais, por um lado, têm se empenhado em desenvolver algumas estratégias de combate à desinformação e ao discurso de ódio. Inclusive, depois de 2022, houve uma certa preocupação das plataformas com o tema, mas há dois movimentos que são muito preocupantes: liderado por Elon Musk, o primeiro movimento é de diminuir as preocupações, a energia e os investimentos dedicados ao trust and safety (confiança e segurança), que são equipes dedicadas a, entre outras coisas, diminuir a quantidade de conteúdos nocivos nessas plataformas. Esse movimento de Musk é bastante negativo e puxar o Twitter, agora X, para esse lado, acaba fazendo com que outras plataformas possam ir também na mesma direção.



O segundo é um movimento muito reativo às propostas de regulação. Vimos no Brasil, sobretudo em relação ao PL 2630, chamado de PL das Fake News, uma relação muito agressiva das plataformas digitais. Algumas mais do que outras, mas estou falando de maneira ampla aqui.

Em relação à regulação de inteligência artificial, um pouco menos, porque parece haver um consenso também entre as próprias plataformas que trabalham com criação e desenvolvimento de modelos de IA que a regulação, em algum nível, é necessária. Apesar dessa percepção ou discurso geral de que há um apoio à regulação ou de que a regulação é importante, poucos consensos têm, de fato, sido criados e, portanto, as legislações não têm avançado.



*Disponível em <https://www.conectas.org/noticias/eleicoes-2024-desinformacao-causa-danos-concretos-na-democracia-e-na-vida-das-pessoas/>. Acesso em 13/01/2025*

**“Ainda estou aqui”, o último livro de Marcelo Rubens Paiva, é uma leitura necessária de um autor que demonstra a maturidade de um artista diante de sua arte.**

Não concordar com algumas das atuais posições do escritor Marcelo Rubens Paiva não foi pretexto válido para me fazer negar o valor do seu último livro. “Ainda estou aqui” é uma obra que segue o caminho autobiográfico, muito difundido em nossa presente literatura, mas se difere da vulgaridade por abordar a trajetória de uma família atacada pela ditadura e por dissecar o assassinato do pai, o engenheiro Rubens Paiva, destruído por torturadores. Na mesma esteira, o autor narra a trajetória da mãe, que se ergue da tragédia enfrentando relevantes questões sociais e o próprio regime militar. Por fim, acompanhamos Eunice Paiva mergulhando no Mal de Alzheimer e enfrentando mais uma batalha: a ditadura da própria ausência.

Sob o aspecto histórico, o livro de Marcelo Rubens Paiva é uma leitura necessária num presente onde observamos a ignorância erguer cartazes pedindo a volta da intervenção militar. Foi inevitável me recordar de flashes que já narrei num dos meus artigos publicados pelo Observatório da Imprensa e que leva o título de “A liberdade que oprime”. Nos anos 70, dias de infância, eu e meus amigos, com a anuência de algum oficial, jogávamos bola no campo de futebol de salão do Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, o antigo DOI-CODI.

Era na sede do DOI na Tijuca, Rio de Janeiro, que nos divertíamos, ríamos e comemorávamos gols. Tudo isso sem imaginar os horrores, violências e suplícios que nos cercavam. A alienação era a nossa trincheira, era o que nos preservava a felicidade. Em crianças que viviam num período de exceção, a desinformação pode ser vista como um mal compreensível. Em adultos que vivem tempos de democracia, a estupidez é uma opção imperdoável.

Disponível em <http://lounge.obviousmag.org/paragrafo/2015/10/ainda-estou-aqui-o-passado-que-nos-condena.html>. Acesso em 13/01/2024




O novo mito que ganha impulso com a efeméride de um ano do ataque às instituições republicanas de 8 de janeiro de 2023 é que a democracia brasileira venceu e está “inabalada”.

Não há dúvidas de que a tentativa de golpe com a ação de destruição das hordas fascistas não conseguiu impor uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem) que entregasse o poder às Forças Armadas e afastasse o então empossado presidente Lula (PT).

No entanto, a democracia brasileira enfrenta uma profunda crise e continua agonizando. A derrota dos golpistas não representou, definitivamente, a redenção do nosso sistema político.

Essa normalização da crise política nacional serve somente a quem quer manter o atual estado das coisas. Talvez por se beneficiar do crescente conflito entre poderes. Talvez por temer que as suas raízes venham à tona e ensejem mudanças.



O Brasil é um país presidencialista, mas avança o fato consumado de que vivemos sob um parlamentarismo velado ou um semipresidencialismo. O conflito entre os poderes, que se agudizou nos últimos 10 anos, tem como vetor a crescente mutilação do poder do governo federal.

O Poder Judiciário e o Poder Legislativo têm tomado, sob a condescendência daqueles que hoje exaltam a democracia, atribuições políticas, econômicas e institucionais do Poder Executivo e usurpado a soberania popular expressa no voto. É estarrecedora a sanha dos deputados e senadores para obter fatias cada vez maiores do Orçamento para emendas parlamentares. Transformaram-se num instrumento para que os congressistas aumentem sua influência nos seus redutos eleitorais, independentemente do governo de plantão.

Não há precedentes no nível de exposição dos ministros do STF, que intervêm na cena política em entrevistas nos jornais, programas de TVs, podcasts e redes sociais de forma cada vez mais banal. Depois da desmoralização da Operação Lava Jato, houve uma alteração de orientação do Judiciário, mas não aconteceram mudanças no sistema de Justiça.

Membros da cúpula das Forças Armadas, que tiveram participação no processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, atuaram para manter a prisão do Lula, fizeram parte do governo Bolsonaro e se envolveram no ataque de 8 de janeiro, continuam impunes.

O governo federal, sob o comando de um presidente da República eleito pela maioria dos eleitores e expressão da soberania popular, está




cada vez mais refém do Congresso Nacional e do STF.

Nesse cenário, a burguesia mantém o controle da economia, joga a carta da “estabilidade econômica” e usa o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para limitar a atuação do governo federal e bloquear o programa vencedor nas eleições de 2022.

O 8 de janeiro não foi o capítulo final da crise política nem a regeneração da democracia brasileira. A tentativa de golpe, inclusive, é consequência da dissolução do regime político. Enquanto não houver mudanças na estrutura de poder, que resgatem o sentido profundo da soberania popular, de que todo o poder emana do povo, nossa frágil democracia estará em risco.

É muito perigoso idealizar essa democracia em crise porque a frustração da população e a falta de uma alternativa ao colapso do sistema político e das instituições, forjados pela Constituição de 1988, podem levar o país a mais uma ofensiva da **extrema direita**, muito mais violenta que o 8 de janeiro.



Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/mito-da-democracia-inabalada>. Acesso em 13/01/25

**Relatório da Comissão Nacional da Verdade** – 10 de dezembro de 2014

**RELATÓRIO DA CNV: VOLUME I** [\[download\]](#)

Parte I – A Comissão Nacional da Verdade [\[download\]](#)

Parte II – As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos [\[download\]](#)

Parte III – Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas [\[download\]](#)

Parte IV – Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores O Judiciário [\[download\]](#)

Parte V – Conclusões e recomendações [\[download\]](#)

**RELATÓRIO DA CNV: VOLUME II – TEXTOS TEMÁTICOS** [\[download\]](#)

Texto 1 – Violações de direitos humanos no meio militar [\[download\]](#)

Texto 2 – Violações de direitos humanos dos trabalhadores [\[download\]](#)

Texto 3 – Violações de direitos humanos dos camponeses [\[download\]](#)

Texto 4 – Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs [\[download\]](#)

Texto 5 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas [\[download\]](#)

Texto 6 – Violações de direitos humanos na universidade [\[download\]](#)

Texto 7 – Ditadura e homossexualidades [\[download\]](#)

Texto 8 – Cíveis que colaboraram com a ditadura [\[download\]](#)

Texto 9 – A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos [\[download\]](#)

**RELATÓRIO DA CNV: VOLUME III – MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS** [\[download\]](#)

Índice em ordem alfabética [\[download\]](#)


Índice em ordem cronológica [\[download\]](#)

Introdução [\[download\]](#)

1950 – 1969 [\[download\]](#)

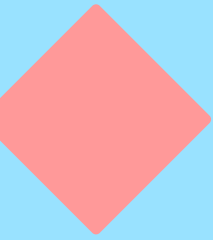
1970 – 1971 [\[download\]](#)

1972 – maio de 1973 [\[download\]](#)



Junho de 1973 - abril de 1974 [\[download\]](#)  
Maio de 1974 - outubro de 1985 [\[download\]](#)

**Fonte:** <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>



A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema:

**“A Democracia no Brasil  
está em risco?”.**

# Instruções

**De 25 a 35 linhas digitadas**

**A obra Ainda estou aqui, obrigatoriamente, deve ser citada no texto.**

**Gênero – argumentativo-dissertativo**

**Não é obrigatória a proposta de intervenção.**